

Programa do Orçamento Participativo



2013

Imaruí



**ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO**
Juntos Construindo Imaruí

PROGRAMA



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
Juntos Construindo Imaruí

Janeiro

2013

Carta do Prefeito

Construir uma nova história política em nosso Imaruí, onde a população exerça efetivamente o direito à participação, à organização e as decisões sobre o futuro de nosso Município, esta é a missão do Orçamento Participativo, além de escolher onde serão investidos os recursos públicos.

Através do Orçamento Participativo nossas comunidades aprendem a construir sua própria história, e sentirem-se responsáveis pelo Município. Ouvir o cidadão imaruense de forma permanente, fazendo do setor público um instrumento transparente a serviço da população: esse é nosso desafio! Respeitar a vontade popular, aprender e ensinar uma nova lição, onde o povo decide e o governo administra: isso é o que queremos fazer!

Durante muitos anos, a política e a democracia ficaram em segundo plano, pois tudo era decidido nos gabinetes. Mas, as portas se abriram e a sociedade vai virar parceira da prefeitura nas decisões que afetam a vida de todos. “Governar com o povo e para o povo” é a única maneira de governar com olhos voltados para o futuro e, acima de tudo, com compromisso com os valores da justiça e da cidadania.

O ano de 2013 ficará para sempre registrado na história de nosso Município, pois será o ano que começaremos a executar o Orçamento Participativo e junto com ele realizar o sonho de homens e mulheres que se colocam à disposição de construir juntos com esta administração uma cidade melhor e com mais qualidade de vida para todos e para todas.

Imaruí deixará de ser um pequeno município para assumir o papel da Cidade da participação popular, onde a vontade do povo é respeitada!

Um abraço,

Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo é um programa desenvolvido pela Prefeitura de Imaruí, e tem por objetivo a democratização do poder público, contribuindo assim para o crescimento da cidadania de nosso povo. Através do Orçamento Participativo a população é quem irá decidir onde e como devem ser aplicados os recursos de nosso Município.

A proposta do Orçamento Participativo (OP) caracteriza-se como uma verdadeira revolução na área da administração pública, pois permite que a população planeje, decida e controle os recursos orçamentários e as políticas públicas, através dos mecanismos institucionais de participação popular. Esse fato evidencia-se com a expansão do OP em muitos municípios do país, na direção da democratização do Estado.

Essa nova forma de governar contribui para que a sociedade tenha maior controle e fiscalização acerca dos gastos público, além é claro, da construção de uma consciência política baseada na justiça, na participação e no espírito comunitário.

O que é o Orçamento?

A palavra “orçamento” é muito comum em nosso cotidiano. Quando vamos fazer uma reforma em casa, por exemplo, precisamos saber quanto será gasto, para avaliar se teremos ou não condições de arcar com as despesas. Você procura um pedreiro ou um engenheiro para lhe apresentar o que chamamos de “orçamento”, ou seja, uma lista com o custo dos materiais necessários, bem como da mão-de-obra.

É comum ainda, falarmos em “orçamento doméstico” que nada mais é que uma previsão do que cada família irá gastar no final do mês, em conformidade com o que ganham, por exemplo, o aluguel, a conta de luz e água, o supermercado, material escolar, transporte entre outros. É uma conta que muitas vezes faz o trabalhador perder o sono!!

Na administração pública, não é diferente, ela também tem que fazer seu “orçamento”. Mas o orçamento é, contudo, apenas uma parte do processo orçamentário do Município.

Esse processo envolve três instrumentos muito importantes, que são: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO); e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA estabelece as metas de longo prazo (4 anos) da administração pública, apresenta os investimentos previstos, os novos programas de duração continuada e as despesas de custeio decorrentes destes. Este plano é elaborado no primeiro ano do mandato e tem vigência até o primeiro ano do mandato seguinte.

A LDO define as normas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual e estabelece metas compatíveis com o PPA para um exercício. Sua elaboração, aprovação e vigência é anual.

A LOA é o orçamento propriamente dito, trazendo a previsão de receitas e fixação das despesas de um exercício, conforme objetivos e metas do PPA e LDO. Assim como a LDO tem vigência anual.

Dentre estes instrumentos, a LDO tem, sem dúvida, importância destacada. Essa foi uma das inovações do planejamento público, introduzidas com a Constituição de 1988. Sua função seria a de compatibilizar a LOA ao PPA.

A LDO é um ganho no processo, uma vez que esta seria uma primeira etapa de elaboração do orçamento, ficando responsável pelo atacado, isto é, pelas diretrizes e ações prioritárias de cada exercício financeiro, sem entrar no mérito de cada projeto/atividade em específico. Além disso, ela seria responsável também pela ordenação da Lei Orçamentária, colocando regras à sua elaboração.

Recentemente, com a edição da Lei federal 101/00, lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), houve uma significativa alteração no conteúdo da LDO, que deverá forçar os entes da federação a se programarem para cumprir as previsões estabelecidas nessa lei.

O novo conteúdo da LDO deve conter:

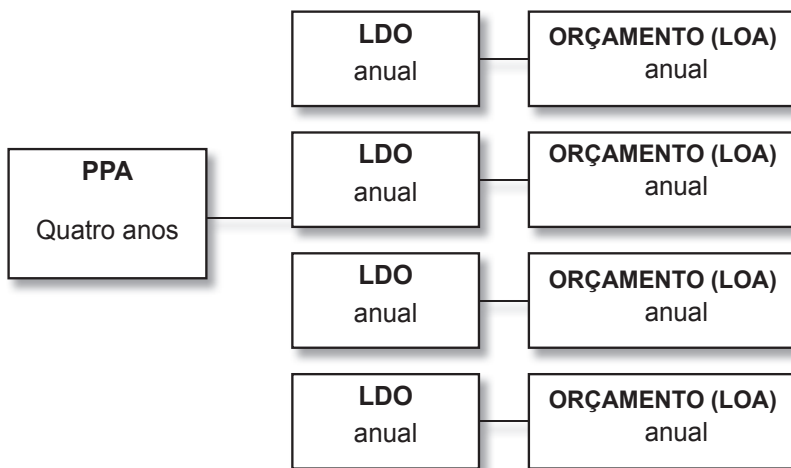
- Metas de receitas e despesas, além de resultado orçamentário por três exercícios;
- Previsão de evolução da dívida por três exercícios;
- Regras para início de novos projetos e atividades, incluindo avaliação e controle dos já executados;
- Reserva de recursos no caso de despesas extra-orçamentárias que apresentem um risco às metas assumidas;
- Regras para o congelamento de despesas no caso da receita prevista não se realizar.

Dentre outros pontos, estes representam as mudanças mais significativas

estabelecidas pela nova lei que obriga os Poderes Executivo (Prefeitura) e Legislativo (Câmara de Vereadores) a reverem suas programações orçamentárias e financeiras.

Isso posto, levando-se em consideração a difícil situação financeira da Prefeitura e a grande dívida social da cidade, é preciso buscar uma forma de, ao mesmo tempo, procurar atender às demandas essenciais da população e manter uma programação orçamentária e financeira que nos permita, ao longos dos próximos anos, tirar a Prefeitura dessa situação de endividamento e incapacidade de investimento.

Essa é, em resumo, a proposta do Orçamento Participativo para Imaruí. Ele depende de sua participação ativa nas reuniões e, depois, no acompanhamento das próximas etapas de discussão. Mais do que nunca é preciso que o princípio da publicidade e da transparência sejam cumpridos, introduzindo na construção do orçamento público, mecanismo de participação e controle popular. Juntos, podemos construir uma Imaruí melhor!



Regiões do Orçamento Participativo

Para implementação do Orçamento Participativo, o Município de Imaruí foi dividido em regiões de investimento, levando-se em consideração critérios como: população total, área geográfica, níveis de desenvolvimento social, aspectos culturais, organização da população, capacidade de mobilização, facilidade de deslocamento e condições estruturais da Prefeitura. Nesse primeiro ano

de Orçamento Participativo em Imaruí, o Município foi dividido em 5 (cinco) regiões, conforme relação abaixo.

REGIÃO 1):

CANGUERI (quadro); CANGUERI DE FORA; FAZENDA SÃO PAULO; FIGUEIRA GRANDE; ITAGUAÇU; ITAPEVA; NAZARÉ; PRAIA VERMELHA; RIBEIRÃO DO CANGUERI; SERTÃO DO CANGUERI; e TAMBORETI.

REGIÃO 2):

CENTRO; FLORESTAL; MORRO DA CAIXA; MORRO DA CRUZ; PRAIA DO LESSA; PRAIA DA ROSA; PRAINHA; TAQUARAÇUTUBA; VILA PARAÍSO; VILA THIEZEN.

REGIÃO 3):

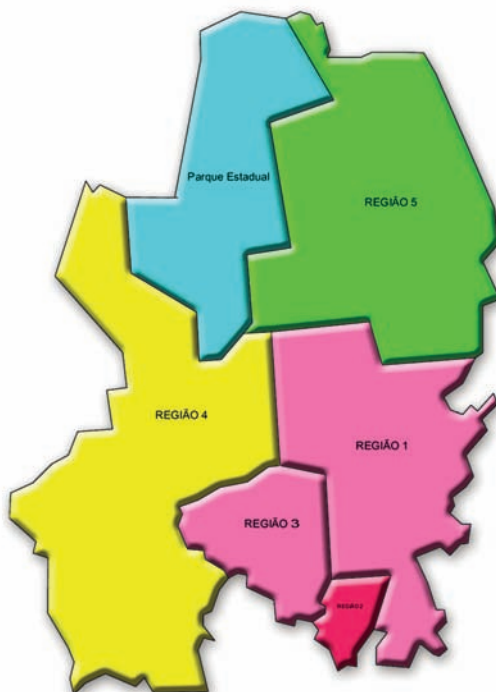
COSTA DE BAIXO; FAZENDA RIO DAS GARÇAS; PONTA GROSSA; RECANTO DAS FLORES; e RIBEIRÃO DE IMARUÍ.

REGIÃO 4):

ÂNGULO DA SAMAMBAIA; ARATINGAÚBA; FÉCULA; FORQUILHA DO ARATINGAÚBA; RIO PRAINHA; RODEIO; SAMAMBAIA; SÃO LUIZ; SÃO TOMÁS; SERTÃO DO ARATINGAÚBA; SÍTIO NOVO; e VILA DOS ROCHAS.

REGIÃO 5):

ÁGUAS MORNAS; ALDEIA INDÍGENA; BARREIROS; FORQUILHA DO RIO D'UNA; LARANJAL; PASSAGEM DO RIO D'UNA; PORTO VELHO; RIACHO ANA MATIAS; SERTÃO DO JACÓ; VARZEA DO RIO D'UNA; e VILA HERCULANO.



Áreas de Investimento

Para evitar que os recursos públicos sejam concentrados somente em uma ou outra área de investimento, é necessário estabelecer um conjunto de áreas, para que todas sejam contempladas, igualmente, com a distribuição dos recursos orçamentários. Neste primeiro ano de Orçamento Participativo trabalharemos com as seguintes áreas de investimento:

- ▶ SAÚDE;
- ▶ EDUCAÇÃO E CULTURA;
- ▶ AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA;
- ▶ DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL;
- ▶ TURISMO E INFRAESTRUTURA.

Metodologia do Orçamento Participativo

Em fevereiro e março deste ano, realizaremos a primeira rodada de assembléias populares, em cada comunidade de Imaruí, que terá como objetivo:

- ▶ Explicar ao conjunto da população como funcionará o Orçamento Participativo e distribuir material informativo;
- ▶ Expor como funciona o orçamento do município (receita e despesas); e
- ▶ Discutir acerca dos critérios técnicos para a definição de prioridades por região.

Em abril, realizaremos uma rodada de reuniões regionais que terá como objetivo:

- ▶ Eleger os delegados da região, cujo mandato será de um ano, na proporção de 1 (um) delegado para cada 10 (dez) participantes presentes; e
- ▶ Ouvir a comunidade sobre suas reivindicações.

Ainda durante o mês de abril realizaremos,

- ▶ Uma nova rodada de reuniões em cada comunidade, convocada e organizada pelos Delegados do Orçamento Participativo para escolher as 3 (três) prioridades da comunidade; e durante o mês de maio, os Delegados, acompanhados da equipe do Orçamento Participativo e demais técnicos que se fizerem necessários iniciarão um procedimento de hierarquização das demandas escolhidas pelas comunidades, o que dará início a formulação do Plano de Investimento do OP.

No mês de julho, realizaremos uma nova rodada de assembléias regionais para que a população aprove o Plano de Investimento confeccionado pelos Delegados e ainda, realize a eleição dos Conselheiros do Orçamento Participativo (COP), na proporção de 2 (dois) Conselheiros por região.

No mês de julho, serão realizadas reuniões do COP, juntamente com a equipe técnica da Prefeitura, com o intuito de elaborar o orçamento da Cidade, em conformidade com o que foi discutido e decidido pela população, bem como com a disponibilidade de recursos financeiros da municipalidade.

Ao final do mês de julho e início de agosto, o COP consultará à população se o orçamento confeccionado encontra-se em conformidade com a vontade popular/acúmulo das discussões realizadas com a comunidade, durante as reuniões realizadas.

Em meados de agosto, o Prefeito, juntamente com os delegados, conselheiros e população em geral, encaminhará à Câmara de Vereadores a proposta orçamentária para análise e deliberação.

Agentes do Orçamento Participativo

(Delegados e Conselheiros)

No exercício da representação nos fóruns e tarefas do Orçamento Participativo, os delegados e conselheiros têm que tornar presente o interesse do coletivo, a vontade de suas comunidades, o que nem sempre é fácil em um processo que envolve múltiplos interesses.

Sua atuação requer diálogo constante com aqueles que os elegeram e capacidade de informar, responder e acima de tudo, respeitar as decisões soberanas da maioria.

Assim, quanto maior for o debate sobre as demandas, os projetos das comunidades, quanto mais pessoas estiverem contribuindo para as suas formulações, mais essas demandas e projetos representarão a vontade da maioria, garantindo a legitimidade e a representatividade dos conselheiros e delegados.

As atribuições dos delegados e conselheiros estão previstas no Regimento Interno do Orçamento Participativo de Imaruí, mas merecem a cada nova gestão uma reflexão sobre esta atuação.

Aos delegados do OP compete, principalmente:

Participar das reuniões organizadas pelos conselheiros nas regiões e temáticas;

Apoiar os conselheiros na informação de divulgação para a população dos assuntos tratados no COP – Conselho do Orçamento Participativo;

Acompanhar o Plano de Investimentos desde sua elaboração até a conclusão das obras;

Deliberar em conjunto com conselheiros, sobre qualquer impasse ou dúvida que eventualmente surja no processo de elaboração do Orçamento;

Propor e discutir os critérios para a seleção de demandas nas e regiões da cidade.

Deliberar em conjunto com os conselheiros, alterações no Regimento Interno do COP e modificações no processo do Orçamento Participativo.

Aos Conselheiros do OP compete, principalmente:

Apreciar, emitir opinião, posicionar-se a favor ou contra e alterar no todo ou em parte a proposta e Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o orçamento anual;

Avaliar e divulgar a situação das demandas do Plano de investimentos;

Apreciar, emitir opinião e alterar no todo ou em parte políticas tributárias e de arrecadação do poder público municipal;

Apreciar, emitir opinião e alterar no todo ou em parte sobre o conjunto de obras e atividades constantes do planejamento do Governo e orçamento anual apresentado pelo Executivo, em conformidade com o processo de discussão do OP;

Acompanhar a execução orçamentária anual e fiscalizar o cumprimento do Plano de investimentos;

Apreciar, emitir opinião, posicionar-se a favor ou contra e alterar no todo ou em parte a aplicação de recursos extra-orçamentários;

Apreciar e decidir, em comum acordo com o executivo a metodologia de discussão e definição da Peça Orçamentária e do Plano de investimento;

Analisar e referendar a prestação de contas do Governo;

Informar nos fóruns regionais e temáticos do processo de discussão em realização no COP e colher sugestões e/ou deliberações por escrito;

Sempre dinâmico e cada vez mais forte, o propósito primordial do Orçamento Participativo é discutir e definir políticas em um processo de co-gestão com os moradores da cidade.

Critérios para Distribuição dos Investimentos

Para definição do Plano de Investimentos é necessário o estabelecimento de critérios de distribuição em cada uma das 5 (cinco) regiões administrativas do Orçamento Participativo de Imaruí. As regiões receberam percentuais de investimentos por área, a partir de critérios e notas. O Conselho do Orçamento Participativo (COP) adotará o seguinte procedimento:

PRIMEIRO PASSO	Os critérios para distribuição de recursos entre as regiões serão os seguintes:	1. Carência de serviço e infraestrutura;	
		2. População total da região;	
		3. Área prioritária da região; e	
		4. Extensão territorial.	
SEGUNDO PASSO	Para cada um dos critérios selecionados será estabelecida uma nota de 0 (zero) a 4 (quatro).		
TERCEIRO PASSO	Segundo a importância relativa de cada critério lhe serão atribuídos pesos.	Carência de serviço e infraestrutura	peso 03
		População total da região	peso 02
		Área prioritária da região	peso 03
		Extensão territorial	peso 01
QUARTO PASSO	Análise e atribuição de notas para cada região.		
QUINTO PASSO	Soma das notas de cada região.		
SEXTO PASSO	Com as notas finais de cada região serão destinados um percentual de investimento para a execução das obras e projetos considerados prioritários pelas regiões.		

A seguir são apresentados os critérios com suas respectivas notas.

1. Carência de serviços ou infraestrutura básica - peso 3

Até 10% de carência	nota 0
até 25% de carência	nota 1
de 26% a 50%	nota 3
de 51% a 75%	nota 4

2. população total da região – peso 2

até 1.300	nota 1
de 1.301 até 2.000	nota 2
de 2.001 a 3.000	nota 3
acima de 3.000	nota 4

3. Prioridade da Região – peso 3

primeira prioridade	nota 4
segunda prioridade	nota 3
terceira prioridade	nota 2

Extensão Territorial – peso 1

Até 50 km ²	nota 1
de 51 km ² até 110 km ²	nota 2
de 111 km ² até 150 km ²	nota 3
cima de 150 km ²	nota 4

Imaruí, fevereiro de 2013

Prefeitura de Imaruí	<i>Gestão 2013-2016</i>
Prefeito	<i>Manoel Viana de Sousa</i>
Vice-prefeita	<i>Elina Vieira Roussenq</i>
Coordenadora do Orçamento Participativo	<i>Evelyn Scapin</i>
	<i>Andreza Policarpo Lino</i>
	<i>Denise Fortunato</i>
	<i>Emanoel Matos</i>
	<i>Evelyn Scapin</i>
	<i>Francisco Dias</i>
Equipe do Orçamento Participativo	<i>Kátia Regina Lisboa</i>
	<i>Luciano Boico</i>
	<i>Marciano da Silva</i>
	<i>Oclides Rodrigues</i>
	<i>Sabrina Feliciano da Conceição</i>
	<i>Sérgio Luis Albino Jr. entre outras lideranças</i>
Secretário de Administração e Finanças	<i>Luciano Cezar Boico</i>
Secretário de Planejamento e Gestão	<i>Karim Bacha</i>
Secretário de Promoção Social	<i>Oclides Gonçalves Rodrigues</i>
Secretário de Educação, Cultura, Desporto e Juventude	<i>Jair Paulo</i>
Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos	<i>Marcos Vinícius da Rosa</i>
Secretário de Saúde	<i>Edisson Wagner Rodrigues</i>
Secretário de Desenvolvimento Rural e Pecuária	<i>José Euclides da Rocha</i>

AGÊNCIA
RM comunicação Integrada

FOTOS
Roberto Luís do Nascimento

REDATORA
Evelyn Scapin

